

Hoje é um dia festivo.

Comemora-se o 20º aniversário deste Tribunal da Relação de Guimarães, cuja instalação ocorreu em 02 de Abril de 2002.

Começo, pois, por agradecer a vossa presença nesta celebração, a qual constitui para nós elevada honra.

Neste acto solene cumpre, desde logo, homenagear todos aqueles que tornaram possível este projecto, esta conquista - a criação da Relação de Guimarães – graças ao seu sonho, à sua vontade, à sua acção.

Nesta vertente, presto o meu tributo aos representantes das diversas instâncias políticas, administrativas e municipais que, à data, deram o passo decisivo para que esta Casa da Justiça fosse uma realidade.

Na mesma ênfase, o nosso reconhecimento a todos aqueles que nela trabalharam - Juízes Desembargadores, Procuradores-Gerais Adjuntos e Funcionários judiciais e administrativos – dando o melhor de si para enaltecer e prestigiar o Tribunal da Relação de Guimarães, salientando o empenho, o mérito e o

sacrifício dedicados a esta instituição por parte dos seus Presidentes que me antecederam - Conselheiros Lázaro Faria e António Gonçalves, Desembargador António Ribeiro - bem como dos Srs. Procuradores-Gerais-Adjuntos Coordenadores do Ministério Público: Dr. Alípio Ribeiro, Dr. Lemos Costa, Conselheiros Barreto Nunes e Vinício Ribeiro, a quem aqui saúdo efusivamente.

Nesta mesma linha, uma palavra de elogio e gratidão a todos os Senhores Desembargadores, Procuradores-Gerais-Adjuntos e Funcionários judiciais e administrativos que compõem o actual quadro deste Tribunal, permitindo-me destacar ainda a minha antecessora, Desembargadora Raquel Rego, cujo esforço, abnegação e zelo prestados valorosa e colectivamente a este Tribunal nunca é de mais louvar.

Bem hajam!

Senhor Presidente,

Distintos Convidados,

Citando o prezado e emérito Presidente, Desembargador António Ribeiro, aquando do 10º aniversário deste Tribunal, para quem «*Sendo a mais jovem Relação do País, logo se percebeu que a sua afirmação no concerto dos Tribunais Superiores exigiria um esforço acrescido no que se refere à qualidade das*

suas decisões e à celeridade na tramitação dos processos, para poder merecer o respeito da comunidade jurídica e o reconhecimento geral pela qualidade da sua jurisprudência, que a elevada taxa de decisões confirmadas pelo Supremo Tribunal de Justiça e também pelo Tribunal Constitucional não deixa desmentir», decorridos que são mais 10 anos, podemos afirmar que essa epopeia ainda perdura, nomeadamente em sede de condições logísticas, seja ao nível das necessidades materiais, seja ao nível do quadro humano.

Ainda assim, para além do seu natural *múnus* público - exercício da função jurisdicional - ao longo destes 20 anos a história de sucesso deste Tribunal da Relação perspectiva um presente devidamente consolidado e augura um futuro de ventura, seja na dimensão da Relação com a Cidade, seja na sua dimensão com outras Instituições, seja na sua dimensão com a Cultura e as Artes.

No primeiro vector, quero destacar toda a receptividade e a colaboração do Município de Guimarães, quer no âmbito da resolução de problemas inerentes à conservação deste magnífico e histórico edifício, quer na sua parceria para uma simbiose entre Justiça e Arte, ajudando a que se concretizasse no dia de hoje a inauguração da exposição de pintura dedicada ao pintor Jaime Silva, aqui presente e que cumprimento penhoradamente, sobre o lema *‘Impulso e Matéria’*, nas nossas instalações, até ao próximo

mês de Julho, aberta gratuitamente a toda a comunidade, na sequência, aliás, da apresentação do livro “A Casa da Relação, 20 Anos do Tribunal da Relação de Guimarães”, em Junho de 2021.

Estou certo de que este evento artístico, cuja apresentação do respectivo catálogo está marcada para 30 de Junho próximo, muito enriquecerá os pergaminhos desta Instituição.

Desta forma, mostra-se corporizado aquele outro pilar da Relação com a Arte.

Também na componente da cooperação institucional, importa salientar o contributo desta Relação no conhecimento, divulgação, funcionamento e consolidação do nosso sistema e orgânica judiciária – salientando-se os diversos colóquios e visitas de entidades ligadas ao judiciário, como seja dos alunos da Universidade do Minho, dos Magistrados do Ministério Público de Minas Gerais, Brasil ou, recentemente, dos Juízes Europeus no âmbito da Conferência Internacional da Associação Europeia de Juízes, sob o tema “Integridade Judicial - Fortalecimento da Transparência e Confiança na Justiça”, organizada pela ASJP - Associação Sindical dos Juízes Portugueses.

De relevar ainda a inauguração, em 01 de Outubro de 2021, do serviço de Apostila nesta Relação, numa profícua coadjuvação com a Exm^a Sra. Procuradora-Geral-Adjunta Coordenadora, Dr^a Margarida Sarmiento, e com a Ilustre representante da Delegação de Guimarães da Ordem dos Advogados, Dr^a Paula Matos -

serviço este que contribui para a supressão da legalização dos actos públicos estrangeiros, simplificando muito as necessidades de prova documental por parte dos cidadãos dos Estados contratantes, abrangendo neste caso as áreas de Braga, Viana do Castelo, Vila Real e Bragança.

E é nesta senda que não posso deixar de enaltecer o indispensável papel dos Senhores Advogados no bom funcionamento da Justiça, na firme defesa dos direitos fundamentais e, conseqüentemente, contribuindo para um sentimento de Justiça de proximidade, humanizada e com eficiência por parte desta Casa da Relação - que também é sua e de quantos a ela recorrem, apelando por esse bem maior, Justiça!

«Todos fazemos parte!».

Sendo este o lema agregador e solidário de Guimarães, aquando da Capital Europeia da Cultura 2012 - é nosso dever, é meu compromisso que o futuro deste Tribunal da Relação se projecte com brilho, sem quaisquer ilusões de óptica, na tela da Justiça em Portugal, em prole das gentes deste Verde Minho e desse Reino Maravilhoso que é Trás-os-Montes.

Muito obrigado!

Guimarães, 12 de Maio de 2022.

António Júlio Costa Sobrinho